

# CAPÍTULO 6

## EM BUSCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL (IN)VISÍVEL: O CABOCLO DA REGIÃO DO CONTESTADO

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/arq06>

*Carlos dos Passos Paulo Matias*

*Delmir José Valentini*

*Juliano Bitencourt Campos*

# SUMÁRIO

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Embora as discussões sobre o Patrimônio Cultural Brasileiro estejam presentes na maioria das pautas das instituições nacionais ligadas à Educação e à Cultura, é recente a preocupação relacionada com a importância do reconhecimento e da preservação do patrimônio imaterial do povo brasileiro. Foi somente a partir da década de 1920, com o movimento dos modernistas, que a temática do patrimônio cultural foi introduzida no país.

Nesse período, foram realizadas ações de registro bastante significativas que, apesar de seu caráter experimental e não sistemático, propiciaram uma importante reflexão sobre a questão, tendo como principal fruto a sedimentação de uma noção mais ampla de patrimônio cultural. (BRASIL, 2006).

168 Na luta pela construção do que pretendia ser uma cultura brasileira, artistas e intelectuais brasileiros percorreram o interior do Brasil, buscando inspiração e entendimento sobre o folclore. Os intelectuais, membros do Movimento Modernista brasileiro, formavam o Grupo dos Cinco, integrado pelas pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti e pelos escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Tal movimento também contou com a participação de dezenas de intelectuais e artistas, como Manuel Bandeira, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Guilherme de Almeida, entre muitos outros, que realizaram um inventário da cultura popular brasileira. A intenção dos intelectuais modernistas era a reformulação cultural do Brasil, afastando-se da europeização nas artes e nos costumes, dando maior ênfase à brasilidade, por meio da manifestação do próprio povo brasileiro, sem a importação de hábitos de países estrangeiros (BOMENY, 2001).

No processo de fortalecimento desse sentimento de identidade nacional, foram criadas políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural do Brasil. Assim, os símbolos tornaram-se relevantes para a afirmação e identificação de um povo como nação.

Nesse sentido, Chartier aponta a construção de símbolos capazes de influenciar os indivíduos em determinados contextos, quando afirma que a “[...]”

representação que ele fez de si próprio por aqueles de quem espera reconhecimento; quando compreende as formas de dominação simbólica, por meio do aparelho ou do aparato [...]” (CHARTIER, 1990, p. 23-24) tem um alcance de proporções enormes na consciência ou no inconsciente das pessoas da mesma nacionalidade.

Recentemente, percebeu-se a sensibilidade de instituir ações, e as reflexões sobre a importância dos bens culturais como referências fundamentais para vários grupos formadores da sociedade brasileira contribuíram para que o Congresso Nacional incluísse o tema, de maneira contundente e afirmativa na Constituição Federal promulgada em 1988, que estabeleceu:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e **imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de **inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação**. (BRASIL, 1988, n.p. Grifos nossos).

Entretanto, apenas em novembro de 1997 foi que essas provocações e orientações resultaram em uma ação mais efetiva: a realização do seminário internacional, promovido pela Superintendência do Iphan, em Fortaleza, para discutir estratégias e formas de proteção ao patrimônio cultural. Durante o evento, foram relatadas experiências brasileiras e internacionais de identificação, de resgate e de valorização das manifestações culturais vivas. Também foram dis-

cutidos os rumos da ação institucional nesse campo, os instrumentos legais e as medidas administrativas que poderiam ser propostas para a preservação dessa dimensão do patrimônio.

Durante o Seminário do Iphan, foi produzido um documento denominado *A Carta de Fortaleza*, no qual constam as recomendações para o aprofundamento dos debates sobre o conceito de patrimônio cultural e o desenvolvimento de estudos para a criação de instrumento legal, inclusive instituindo o “Registro” como principal modo de preservação e de reconhecimento de bens culturais dessa natureza.

Em março de 1998, devido à repercussão da Carta de Fortaleza, o Ministério da Cultura constituiu uma comissão com o objetivo de elaborar diversas propostas, visando à regulamentação da salvaguarda do patrimônio cultural. Também foi criado o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – GTPI, que reuniu técnicos do Iphan, da Funarte e do MinC para assessorar essa Comissão (CERQUEIRA, 2008).

Nos últimos anos, a noção de patrimônio adquiriu um caráter mais abrangente, o que auxiliou no entendimento da importância desses fragmentos enquanto suportes de memórias de uma modernidade que deixou suas marcas no tempo e no espaço. O processo histórico envolveu sucessivas camadas, acontecimentos que vão destruindo partes de um todo. Elementos importantes adquirem visibilidade somente na eminência da perda. A decisão de preservar está alicerçada em decisões políticas. Ademais, a reflexão sobre o destino dos bens patrimoniais é influenciada por novos paradigmas urbanos orientados pelas exigências de sociedades que se movem cada vez mais depressa (BASTOS; TEIXEIRA, 2008).

A gestão do patrimônio cultural está no âmbito do poder público federal, percebendo-se a necessidade de trabalhar em conjunto com os poderes estaduais e municipais, na busca de resultados para a proteção e a devolução social, por meio do sentimento de pertencimento:

[...] um dos maiores desafios à gestão do patrimônio cultural é definir conceitual e legalmente novas formas de acatamento compatíveis com sua abrangência, cada vez maior, e com exercício dos direitos culturais do cidadão, reconhecidos no texto da Constituição de 1988. (BASTOS; TEIXEIRA, 2008).

Entretanto, as formas de acautelamento esbarram em outros valores baseados na uniformização do pensamento, causando uma despersonalização cultural. A gestão patrimonial procura trabalhar na busca pelo reconhecimento, por parte das populações, dos seus bens culturais que lhes pertencem por direito e deve criar atributos que despertem uma identificação cultural, gerando a compreensão que levará à necessidade de preservar os elementos que compõem o Patrimônio Cultural como um todo.

Inicialmente, o patrimônio cultural brasileiro era tutelado meramente em seu aspecto material, por meio do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, com ênfase no instituto do tombamento. (FILÓ, 2013, p. 32).

171

Observa-se, no entanto, que as práticas de identificação e de inventário, juntamente com os esforços para a futura salvaguarda e registro desses bens, têm sua importância na medida em que contribuem para a preservação e o fortalecimento da memória e identidade social das comunidades pesquisadas. Visto que, “[...] o patrimônio histórico-cultural, tomado como um dos suportes da memória coletiva, produz identidades sociais que são determinantes nos modos como os homens se apropriam da realidade que os cerca [...]” (SALVADORI, 2008, p. 31).

Assim, em consonância com Pelegrini (2009, p. 19), reforçamos que “[...] todos esses bens culturais apreendidos como ‘expressões da alma dos povos’ conjugam as reminiscências e o sentido de pertencimento dos indivíduos, articulando-os a um ou mais grupos e lhes assegurando vínculos identitários [...]”, representando o esforço de inserir as comunidades no levantamento e no cuidado com o seu patrimônio. “A Lei nº 12.343/2010, em seu art. 3º, inciso VI, também faz menção à preservação do patrimônio cultural brasileiro, por meio de se resguardar dos bens de natureza material e imaterial, como uma competência do Poder Público.” (FILÓ, 2013, p. 33).

Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), quando se trabalha com o Patrimônio Cultural de um determinado espaço, trabalha-se com a categoria *bem cultural*, pois o patrimônio é formado por um bem. Os bens culturais são classificados pelos teóricos e técnicos em bens tangíveis e intangíveis. Tangível

é todo bem palpável, como praça, museu. Os intangíveis são as memórias que guardam a música, o canto, a reza.

Pretende-se um estudo sobre a tutela do patrimônio cultural da região do Contestado. “100 anos já se passaram, e o tempo se encarregou de tecer a trama da destruição do conjunto dos testemunhos presenciais e documentais daquele espólio”. (WEHLING et al., 2013, p. 48).

Na região do Contestado, não foi só o tempo que destruiu os testemunhos, existem diversas formas de se destruir um patrimônio, como negá-lo, por exemplo, ou deixá-lo no ostracismo. Enfim, a pergunta é sobre o interesse em salvaguardar o que ainda resta desse patrimônio, envolvendo principalmente a cultura material e imaterial dos caboclos moradores dessa região.

A partir das referências e das questões elencadas anteriormente, pretende-se observar um pouco o processo de apropriação da cultura cabocla, da história da guerra nessa região. É possível percebê-lo nas relações estabelecidas entre poder público e a história da guerra? Onde permanece a cultura cabocla local? Houve preocupação em salvaguardar essa cultura? Onde estão os patrimônios culturais – materiais e imateriais? Como são tratados, tutelados, estudados e difundidos? Não será pretensão responder essas e outras perguntas, mas refletir sobre as representações feitas e o inventário da cultura cabocla na região da eclosão da Guerra do Contestado.

## **O MODO DE VIDA DOS MORADORES DA REGIÃO DO CONTESTADO NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Denominada, inicialmente, pelos militares como uma Campanha na região do Contestado, o conflito social que eclodiu no início do século XX, no sul do Brasil, entre os anos de 1912-1916 continua despertando interesse e, contraditoriamente, também “desinteresse” quando se trata de olhar para a região sob uma perspectiva mais crítica, buscando os protagonistas locais, ou seja, a população cabocla.

Superar a ideia do caboclo bárbaro, jagunço, ignorante e ingênuo é de suma importância para a compreensão do conflito social da região do

Contestado. Em diversas áreas do conhecimento, foram produzidas obras que buscam entendimentos sobre o conflito, mostrando senso crítico, apesar da existência, ainda, de análises superficiais e, às vezes, até preconceituosas sobre a cultura cabocla. Estudos demonstram que as abordagens do caboclo estereotipado, na maioria das vezes, surgiram dos relatos da sua história de vencidos, da sua cultura ignorada, distorcida e negligenciada, principalmente pelos órgãos públicos de proteção do patrimônio cultural.

Paulo Pinheiro Machado (2004) chama a atenção para as representações sobre a figura do caboclo bem antes da deflagração do conflito, apontando que as manifestações culturais, embora já existentes desde períodos remotos, são negadas e apenas referenciadas no momento do conflito. “É evidente que não se tratavam de territórios despovoados, como frequentemente aparece em relatórios oficiais.” (MACHADO, 2015, p. 19). Pinheiro Machado, do mesmo modo que Vinhas de Queiroz (1966), percebeu o caboclo sem o estereótipo que lhe foi imposto durante e, como “herança”, depois da guerra.

O peão era, normalmente, um morador agregado à fazenda que possuía um pedaço de terra “de favor”. Ali, com sua família, construía uma choupana de rachões de pinheiro e teto de palha, mantinha uma pequena lavoura de subsistência, protegida do gado por muros de pedra encaixada, cultivando feijão, milho, abóboras e criando pequenos animais. (MACHADO, 2004, p. 67).

O peão deveria dar conta da lida rotineira do campo: levar o gado para diferentes pastagens, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, queimar as pastagens secas no final do inverno, fazer marcação com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas que rondavam as proximidades da fazenda, domar cavalos e mulas, tosquiar ovelha e, muito frequentemente, tropear os animais até os locais de venda ou abate. Como homem de confiança de seu patrão, o peão era também um leal soldado à disposição das iniciativas políticas e militares de seu chefe e, com razoável empenho, muitas vezes dava sua vida nas revoluções e nas lutas contra desafetos locais de seu comandante. (MACHADO, 2004, p. 67).

Recorrente também em autores que procuram destacar a sociedade local, principalmente sociólogos e antropólogos que buscam os grupos sociais, é possível encontrar um sujeito que, a seu modo, desenvolvia diferentes atividades, com os saberes e fazeres necessários para o contexto em que vivia e que também fazia parte de um grupo social, cujo tecido social é tramado entre relações de dependência econômica e política, nunca dispensando a violência para a manutenção da ascensão sobre os grupos não detentores das propriedades.

O sociólogo Duglas Teixeira Monteiro (2011) aponta as relações sociais estabelecidas nesse grupo, percebendo elementos da violência costumeira e da violência inovadora. Na primeira, percebe aspectos de uma vida isolada dos centros urbanos, de difícil acesso, sem escolas e hospitais, com necessidade de dividir as agruras, nunca as propriedades. Já a violência inovadora surgiu com a chegada do traçado ferroviário e se materializou com a expulsão dos posseiros, exclusão e impossibilidade de acesso aos bens trazidos pelo “progresso”.

Além dos peões e agregados das fazendas de criação de gado, também existia um grupo de moradores – habitantes que cultivavam pequenos roçados, coletavam e viviam isolados esparsamente pela região. Antes de serem encontrados pela ferrovia, embora lembrados pela historiografia como moradores de “espaços vazios” (HEINSFELD, 1996) ou habitantes de terras devolutas, a origem desses moradores é assim pontuada por Vinhas de Queiroz (1966, p. 16):

Além destes antigos estancieiros empobrecidos, de origem paulista e portuguesa, já havia, espalhado pelos campos e as matas, ancestrais dos futuros caboclos: eram os “forros carijós administrados”, que segundo o governo de então “andam vadios, e não têm casa, nem domicílio certo, nem são úteis à República”, isto é, eram antigos peões e índios escravos, que viviam fugidos.

Eduard Thompson (1998) sugere que as classes envolvidas nos movimentos sociais, em vários momentos históricos, são protagonistas importantes e isso também ajuda a desmistificar um pouco as ideias pejorativas criadas sobre os sujeitos envolvidos no movimento do Contestado. Na perspectiva da História Social, relacionando com o cultural, principalmente os enfoques e as contribuições que associam a cultura a outros aspectos da vida cabocla, modo



de ser, organização social, sua relação com a história da guerra, o caboclo como sujeito desse processo de construção de memórias, da necessidade do reconhecimento do seu patrimônio cultural, das suas experiências de vida, de relações de vida e de guerra, e atentando para esses aspectos e suas relações é que podemos encontrar o caboclo, que é descrito como o inimigo da incipiente república brasileira de então.

Em relação à experiência humana, Thompson (1987) lembra que ela expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiências. Podem não representar sujeitos autônomos nem “sujeitos livres”, mas a situação e suas relações produtivas lhes são determinadoras como necessidades. As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos estão submetidos.

Segundo Thompson (1987), essa experiência é trabalhada na cultura das pessoas e dos agrupamentos dos moradores, de acordo com suas afinidades. A cultura é engendrada no âmago da experiência social, toma corpo, constrói uma coerência interna e passa a atuar, por sua vez, no embate de outras experiências (a cultura aqui é compreendida como valores, modos de vida, visões de mundo, sentimentos, aspirações, projetos, crenças, formas simbólicas de dominação e resistência, tradições, mitos, etc.).

O conjunto dessas experiências orienta, dá os vetores e os caminhos das novas lutas. O grau de consciência social, conquistado na experiência e na cultura, determina os caminhos da história, que no processo é indeterminada. Os caboclos da região do Contestado (peões, turmeiros, posseiros, estancieiros empobrecidos, índios etc.) experimentaram no seu cotidiano as mais diversas experiências: organização e defesa dos seus bens; formas de sociabilidade, de lazer, de construção de identidades, de conflitos étnicos, de migrações, de construção e de destruição de cidades santas, de messianismo, da chegada do capital internacional na região, bem como das transformações mais recentes no mundo do trabalho e do sertão, modo de vida que chegou até a atualidade como registro histórico e hoje se constitui em importante patrimônio cultural.

O cotidiano é mais que a simples descrição das condições materiais de vida. É também a visualização das experiências vividas, percebidas pelas pessoas que experimentaram “[...] as relações sociais (classe, gênero, étnicos, etc.) em

que estão envolvidas, tendo como referencial, continuamente reconstruindo a sua cultura.” (WOLF, 1991, p. 19). Fazendo uso das palavras de Maria Odila Leite da Silva Dias (1992), dentro dessa categoria, é importante observar que: “[...] sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem-se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, onde se multiplicam formas peculiares de resistência e luta.” (DIAS, 1992, p. 50). O cotidiano é entendido como espaço de mudança, divergindo, assim, de uma história normativa e pré-determinada, posicionando-se à frente de um campo aberto de possibilidade, o qual admite o “contingencial”, “o fortuito” e a “inventividade” dos agentes sociais (DIAS, 1992, p. 50).

O cotidiano é visto como lugar de resistências, muitas vezes microrresistências. Ao discerni-las, buscam-se, também, as práticas de solidariedade entre os sujeitos históricos e de como eles vivenciaram essa experiência em nível coletivo. Contudo é importante estar atento para não deixar de perceber o sujeito se construindo em nível individual, por meio de uma experiência de si. E toda essa dinâmica de vida, toda essa história deixou registros, deixou marcas e um legado de heranças culturais. Por que não se vê? Por que se fala pouco? Por que “envergonha”? Ou se deve perguntar: Quem está se apropriando dessa cultura?

## **A GUERRA NA REGIÃO DO CONTESTADO: IMPACTOS SOBRE O MODO DE VIDA DOS CABOCLOS**

A recém proclamada república brasileira iniciou sua história com um legado de conflitos não resolvidos do período imperial, que, por muito tempo, ainda iriam assombrar a oligarquia que chegou ao poder. Além do grave conflito social rural protagonizado no Nordeste pelos seguidores de Antônio Conselheiro, nas décadas seguintes, no sul do país, especificamente nas terras dos interiores dos estados de Santa Catarina e do Paraná, as forças da república tiveram que comparecer e enfrentar a revolta dos moradores antigos das regiões fronteiriças, abandonadas e esquecidas durante a maior parte da história brasileira.

As vastas áreas interioranas do sul do Brasil, durante o período imperial, e mesmo depois da proclamação da república, permaneceram carentes. A

própria inexistência de instituições assistenciais, como cartórios, escolas, igrejas e delegacias propiciou um estilo de vida por meio do qual nem sempre as pessoas tinham acesso aos direitos básicos e à instrução. Era comum as pessoas não portarem nem mesmo possuírem documentos e registros pessoais ou mesmo de bens, como escrituras de qualquer propriedade.

A presença da religião oficial ocorreu somente na última década do século XIX, com um grupo de franciscanos se estabelecendo em Lages, para atender a todo o planalto e o Oeste até o extremo, limite com os espanhóis confinantes. Nas décadas anteriores à chegada dos franciscanos, os monges, os benzedores, os curandeiros e os puxadores de rezas já haviam semeado a palavra, perceptível nos primeiros registros dos religiosos que chegaram e já enfrentaram, além de um grupo desprovido de qualquer escolaridade e distante das doutrinas religiosas, as crenças arraigadas e a absoluta certeza nas palavras desses personagens.

A história registra a presença de três monges que marcaram profundamente a população do interior da região do Contestado nos hábitos e crenças. Primeiramente, um italiano de Piemonte, que depois de ter seu nome registrado principalmente em Sorocaba (SP) e em Santa Maria (RS), espalhou devoção, crença e atribuições de poderes a partir de águas de fontes e cruzeiros erigidos por onde palmilhou (entre São Paulo e o Rio Grande do Sul). As peregrinações de João Maria de Agostini estão situadas entre as décadas de 1840 e 1880, quando desapareceu da região, sendo recentemente esclarecido se tratar de uma retirada pela Argentina e subida em direção à América do Norte (KARSBURG, 2014).

Foi o segundo monge, personagem lendário conhecido como João Maria de Jesus, que, em estilo itinerante, peregrinou por toda a região que já havia conhecido o monge italiano, porém esse segundo atuou nas décadas seguintes ao desaparecimento do primeiro e se tornou conhecido e venerado, pairando, até a atualidade, uma devoção profunda e crença nas palavras proferidas ou atribuídas à sua autoria. Espalhou conselhos, benzimentos, receitas de remédios naturais, batizou e, principalmente, profetizou.

Foi na primeira década do século XX que os moradores da região do Contestado perceberam o desaparecimento de João Maria, mas não seria essa a única perda, mudanças profundas provocaram uma crise aguda e o modo de vida sofreu impactos irreversíveis.

A construção de uma ferrovia ligando o estado de São Paulo ao do Rio Grande do Sul, embora projetada ainda no tempo do império e iniciada na

última década do século XIX, no ano de 1908, foi assumida pelo grupo da *Brazil Railway Company*, que inaugurou esse traçado ferroviário no ano de 1910.

Ainda no ano de 1910, ocorreu a terceira sentença no Supremo Tribunal Federal dando ganho de causa para Santa Catarina na questão dos limites – uma disputa política e jurídica que havia tumultuado a região, instigando conflitos entre os moradores e indefinição relacionada à jurisdição sobre essas terras.

No ano de 1911, uma grande madeireira do grupo da *Brazil Railway Company* iniciou as suas atividades industriais na região do Contestado, transformando o meio ambiente. Também foi o ano em que ocorreram os primeiros despejos dos moradores, os quais tinham suas casas próximo do traçado ferroviário, desprovidos de registros ou de algo que lhes garantisse a posse das terras que ocupavam. Não bastasse isso, ainda veio a peste dos ratos por causa da seca da taquara.

O fenômeno da seca da taquara ocorria a cada três décadas e, para os moradores do sertão, representava uma verdadeira catástrofe. Ao faltar o alimento das ratazanas (sementes de taquaras), os roedores invadiam lavouras e casas, devorando tudo e provocando miséria, doenças e desespero entre os moradores. O flagelo do ano de 1911 só não foi completo porque boatos de que o monge teria retornado se espalharam.

Quem surgiu foi um curandeiro de ervas, denominado José Maria, líder religioso que protagonizou o episódio denominado Combate do Irani, ocorrido entre as forças de segurança do estado do Paraná e o grupo de seguidores de José Maria. Para os moradores da região, as transformações abruptas provocaram uma aguda crise e a luta armada já havia iniciado. Embora o líder tenha sido morto no primeiro combate, a guerra continuou por quatro anos.

A experiência dos homens e mulheres que estiveram nos redutos, acreditando viver em uma irmandade cabocla, foi sufocada pelas forças armadas da república, que bombardearam e destruíram as cidades santas. No final, doentes e famintos procuraram se entregar e calar diante da condição de vencidos.

Ficou impressa nos caboclos a culpa pelo derramamento de sangue. Silenciados e traumatizados, muitos guardaram o silêncio como resposta à condição de vencidos que lhes foi imposta. Na fase final, a “demonização” dos líderes foi interiorizada pelos demais redutários (MACHADO, 2004).

Não fica difícil perceber que a negação da condição de sujeitos impôs aos moradores que enfrentaram as forças oficiais da então incipiente repúbli-

ca brasileira a negação de qualquer atributo ou valor cultural advindo desses protagonistas.

## O PATRIMÔNIO “MALDITO”

A Guerra do Contestado “faz parte da paisagem” do interior catarinense, tal qual uma araucária onipresente na linha do horizonte, que insiste em brilhar no último raio de sol do inverno gelado dos campos serranos e dos quentes corações caboclos que ali ainda hoje lutam para sobreviver, sonham, lembram e relembram um episódio sem explicação, mas que já fora tantas vezes “explicado”. Nessa paisagem exuberante, sangrada e viva, encontramos o patrimônio cultural da História cabocla e as marcas indeléveis da guerra do conflito armado protagonizado pelos caboclos, moradores antigos da região do Contestado.

Nesse sentido, a cultura cabocla convive com os lugares das memórias, com a identidade que resiste até na atualidade. Isso tudo compõem o patrimônio cultural. Com importante valor histórico, cultural, de memória e de identidade, esse patrimônio precisa ser protegido, reconhecido e difundido pela historiografia, pelo poder público e devidamente guardado nos lugares de memórias, mesmo que tenha sido negado até mesmo pela historiografia.

A proteção legal do patrimônio imaterial de um povo precisa de tutela institucional e também receber o cuidado e a atenção que o bom senso nos diz e a “Lei nos obriga”. Na obra “Sangue e Ruínas no Sul do Brasil: Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916)”, Jaisson Teixeira Lino (2011) levantou um importante inventário sobre o Patrimônio Cultural da região do Contestado, abrindo um conjunto de discussões sobre a tutela desse patrimônio. Onde se encontram os vestígios e indícios da História da região do Contestado? Quem deve protegê-los? Como iniciar um processo de tombamento desses patrimônios? Como a comunidade participa da “escolha” do que é patrimônio? Interessante é a percepção de que, para a maioria dos moradores, vivendo nesse mesmo palco, o patrimônio cultural está invisível.

A busca pela visibilidade e reconhecimento da importância da cultura cabocla, mesmo que por meio de iniciativas isoladas, encontra sensibilidades de autoridades municipais, como, por exemplo, a instituição da semana do Contestado, proposta pela Câmara Municipal de Caçador, com uma extensa programação procurando envolver os demais segmentos da sociedade local.

A Câmara Municipal de Caçador criou um projeto de lei (Lei nº 017/2016) que instituiu a Semana do Contestado, a qual deverá ser comemorada na última semana do mês de outubro (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016, *on-line*). Deve-se atentar para como as manifestações culturais aparecem na programação e para o ostracismo do patrimônio material. Com o intuito de demonstrar um pouco dessa forma do trato com a cultura cabocla, trazemos a programação das duas semanas do Contestado do Município de Caçador (Edições de 2016 e 2015, respectivamente).

A Semana do Contestado será celebrada nesse ano entre os dias 24 e 30 de outubro. A programação foi anunciada pelo vereador Ricardo Pelegrinello, durante a reunião ordinária dessa segunda-feira (10), no Plenário Osvaldo José Gomez. A iniciativa visa celebrar os 100 anos do Contestado e resgatar a identidade cultural da comunidade local e da região. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016, *on-line*).

Confira a programação de 2016:

De 17 a 30 – 17h: Exposição “Cotidiano da Fé”, do artista plástico Leandro Vitto. Apresentação da Orquestra Municipal Marcial Aurora. Local: Espaço Cultural Vereador Almir João Binotto, da Câmara Municipal de Caçador. **A apresentação da orquestra foi cancelada.**

24 – 19h30min: Lançamento da obra “Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado”, de autoria do historiador Delmir José Valentini e apresentação do teatro “O Exército Encantado”, da Cia de Artes Vento Negro, no Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador. **Público de aproximadamente 60 pessoas.**

25 – 19h30min: Sessão Especial do Contestado. Premiação concurso de acróstico, poema e redação das escolas. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador.

**Não houve participação dos Ensinos Médios do Município, simplesmente ignoraram o concurso.**

26 – 14h: Oficina de plantas medicinais da região, com Alesio Passos dos Santos e o médico César Paulo Simionato, para a Pastoral da Saúde. Local: Salão da Igreja Nossa Senhora Rainha, no Santelmo.

19h30min: Oficina de plantas medicinais da região, com Alesio Passos dos Santos e o médico César Paulo Simionato, aos acadêmicos. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador.

27 – 19h30min: Lançamento da obra “Vicente Telles: O Mensageiro do Contestado”, de autoria do jornalista Moacir Pereira e palestra com Vicente Telles. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador. **Não houve lançamento, Moacir não compareceu e informou no dia que tinha outro compromisso. Vicente Telles compareceu.**

27 e 28 – 09h: Oficina de plantas medicinais da região para a Pastoral da Saúde, com Alesio Passos dos Santos, ambientalista, professor de fitoterapia, colecionador e cultivador de plantas medicinais, e o médico Dr. César Paulo Simionato, coordenador do Horto Medicinal do Hospital Universitário da UFSC. Local: Salão da Igreja Cristo Redentor, no Berger.

14h: Oficina de plantas medicinais da região para Profissionais da Saúde, com Alesio Passos dos Santos e o médico, César Paulo Simionato, [sic] coordenador do Horto Medicinal do Hospital Universitário da UFSC. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador.

27 e 28 – 8h30min às 12h e 13h30min às 17h: PROLER - Literatura do Contestado: palestra e sessão de autógrafos com o jornalista, Afonso Romano de Sant’ana, [sic] o professor Dr. Ezequiel Theodoro da Silva. Oficinas temáticas, varal de poesias, feira de livros e atividades paralelas. Local: Auditório da Reitoria da UNIARP.

28 – 9h e às 14h: Teatro na Câmara: apresentação das “Cenas do Contestado”, adaptação da peça O Contestado, de Romário Borelli, por alunos do IFSC, de Caçador e direção da FMC; e Chica Pelega, Grupo de Teatro Janela da Arte. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, da Câmara Municipal de Caçador.

28 – 19h30min: Mesa Redonda: “A Religiosidade Contestada”, apresentada pelo jornalista João Batista e participação do professor Carlos dos Passos Paulo Matias, do IFSC [sic] e o padre Gilberto Tomazi, especialistas em História do Contestado. Mediador: padre Márcio Martins. Local: Plenário Osvaldo José Gomez, na Câmara Municipal de Caçador. **Público presente de 40 pessoas.**

29 – 09h30min: Puxirão do Monge: campanha de conscientização, limpeza e preservação da natureza e atividades lúdicas, no Loteamento Monge João Maria. **Minoria de pessoas envolvidas.**

29 – 14h: Atividades no Parque Central: apresentações culturais, mateada, feira de produtos orgânicos, de ervas medicinais e de artesanato e brinquedos para as crianças. Local: Parque Central José Rossi Adami. **Pouco público.**

15h – Causos com Pinduca, da Etnia Cabocla de Caçador.

15h40min – “Bicho de sete cabeças em fúria”, Grupo de Teatro Temporá.

16h40min – Oficinas da FMC, dança contemporânea “Em tempos de opressão”, com a professora Maria Luiza Zardo Pegoraro, da FMC.

16h50min – “Quero ser como criança”, Grupo de Teatro Shekináh.

17h10min – “Maria Rosa e o Contestado”, jazz com a professora Minéia Mafioleti, da FMC.

17h20min – Grupo Querência dos Amigos, com Gianderson Mott.



17h50min – Lançamento do CD de Rock “Conceitual do Contestado”, da Banda de Rock Peabirus.

30 – 14h: Apresentações culturais. Local: Parque Central José Rossi Adami.

15h30min: “Chica Pelega”, grupo Ritos do Contestado, de Lebon Régis.

15h50min: Viola Cabocla, de Lebon Régis.

17h - Missa Cabocla. Local: Parque Central José Rossi Adami.  
**Muito público presente**<sup>1</sup>. (CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, 2016. Acréscimos grifados nossos).

#### SEMANA DO CONTESTADO 2015 – CAÇADOR

A partir dessa terça-feira (1<sup>º</sup>), a história do Contestado será apresentada diariamente nos mais diversos meios de comunicação do Município que sediará a Semana do Contestado. A programação acontece entre 22 e 27 de setembro em uma iniciativa da Câmara Municipal, através da Comissão de Educação e da Prefeitura de Caçador com o apoio de diversas instituições.

“Queremos trazer à tona a figura do ‘caboclo’ nos dias de hoje; valorizar as nossas raízes e apresentar aos que desconhecem, [sic] um pedaço da nossa história. E quem sabe, introduzir no dia-a-dia [sic] da nossa comunidade alguns dos fragmentos de um dos maiores movimentos populares e conflitos armados da história do Brasil, mas desconhecido por nossa gente”, explica o presidente da Comissão de Educação, vereador Ricardo Pelegrinello. Também fazem parte da Comissão os vereadores Cleony Figur e Moacir D’Agostini.

[...] Entrevistas com os idealizadores do projeto, apoiadores, e pessoas relacionadas à história do Contestado serão veiculadas diariamente através do Minuto do Contestado. A primeira edição conta com a presença da professora de História, Maria Inês Morona Ramos, que explica de forma didática um pouco do que foi o combate e os seus resquícios. (INFORME, 2015, *on-line*).

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://camaracacador.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395390/cod Mapaltem/1536>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

### Programação:

22 – Lançamento do filme Terra Cabocla, com a presença dos diretores Márcia Paraíso e Ralf Tambke. Local: Câmara Municipal de Caçador, às 19h.

22 a 25 – Exibição do filme Terra Cabocla. Local: escolas de Caçador.

22 a 25 – Exposição “Contestado em Cores”, da artista plástica Márcia E. Schüller - Manih. Local: Câmara Municipal de Caçador, das 13h às 19h.

23 – Vivência sobre o uso de ervas medicinais da região, com Alésio dos Passos Santos. Local: IFSC, Campus Caçador, às 8h e às 14h.

24- Vivência sobre o uso de ervas medicinais na região, com Alésio dos Passos Santos. Local: Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos, às 8h. E no Salão Paroquial da Igreja Cristo Redentor, Berger, às 14h.

24 – Lançamento do livro “A Guerra do Contestado em Quadrinhos”, com a presença do autor Jorge Luiz Bernardi. Local: Museu do Contestado, às 19h30min.

25 – Sessão Solene com a palestra “100 Anos da Guerra do (no) Contestado: Atos, Fatos e a Repercussão sobre o Território Secular”, com o Dr. Nilson César Fraga. Local: Câmara Municipal de Caçador, às 19h30min.

26 e 27 – Mateada, apresentações culturais, feira de produtos orgânicos, ervas medicinais e de artesanato. Local: Parque Central José Rossi Adami. Horário: a partir das 14h.

27 – Missa cabocla e cavalgada. Local: Parque Central José Rossi Adami, a partir das 14h. (INFORME, 2015, *on-line*).

Percebe-se, pela programação, que o patrimônio caboclo existe, está na vida das pessoas, na sua forma de viver, de criar, de pensar e de fazer festas, política e educação. “A programação escolhida para esse ano foi substancial para disseminar o conhecimento da nossa comunidade acerca desse período, traçando ações focadas na Educação”, explicou o vereador Ricardo Pelegrinello, comentando que foram preparados materiais com filmes e jogos didáticos relacionados ao tema, em uma linguagem de fácil entendimento, conforme a faixa etária dos alunos, apresentou a matéria do jornal local *Caçador Online* (2016).

Constata-se que nas escolas se estuda pouco sobre o Contestado. Os docentes nem sempre estão inteirados e muitas vezes nem interessados no assunto. Mas por que isso acontece? Alternativas são criadas para tentar resolver o problema, como a iniciativa indicada na matéria da Câmara de Vereadores: “[...] pretende-se criar uma sequência mínima de publicações e postagens relacionadas ao tema, em sua página do Facebook [sic] e demais mídias sociais. O objetivo é envolver as escolas para planejar o ano letivo, inserindo-as na Semana.” (CAÇADOR ONLINE, 2016). As escolas não responderam ao apelo. Algumas sim, mas não com a atenção solicitada. A história dos moradores do Contestado continua invisível, diria um caboclo.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A (IN)VISIBILIDADE DA CULTURA CABOCLA NA REGIÃO DO CONTESTADO

Pensar as experiências de homens e mulheres no tempo é sempre um desafio. Buscamos nas fontes, nos vestígios e nos monumentos do passado as marcas que indicam como viveram, como se relacionaram, como sofreram, enfim, como e por que tomaram as decisões que tomaram.

Destarte, compreender o conflito armado ocorrido na região do Contestado entre 1912-1916 não se faz tarefa das mais fáceis. Uma complexa rede de relações, conflitos, mandos e desmandos entre as pessoas que viviam na região (tradição), entre os governos dos estados envolvidos (Leis) e a entrada do capital internacional (construção da ferrovia, exploração madeireira e co-

lonização) foram fatores decisivos para a deflagração da crise que levou à luta armada.

Caboclos, denominação comum aos homens e mulheres que viviam na região muito antes da chegada do progresso (consubstanciado na construção da ferrovia), viviam de maneira simples até serem alcançados pela “civilização”. Ao mesmo tempo que foram protagonistas de um grande movimento social, foram vítimas da ganância do capital internacional nas terras onde plantaram suas vidas.

Assim como Thompson (1987), que estudou a formação da classe operária inglesa e percebeu na tradição e na cultura o sujeito ativo nos movimentos sociais, Maurício Vinhas de Queiroz (1966), Paulo Pinheiro Machado (2004), Duglas Teixeira Monteiro (2011), e outros intelectuais que se debruçaram sobre o tema, perceberam que o caboclo, muitas vezes, foi acusado de fanático, bárbaro, bandido e outros adjetivos pejorativos; que ele lutou, na forma da sua visão e entendimento, com bravura contra um mundo em transformação e, para piorar, enfrentou um exército da mesma nação, onde o próprio governo brasileiro utilizou a força contra seu povo, massacrando moradores simples, peões e analfabetos de um sistema que, distante de qualquer tentativa de diálogo ou entendimento, preferiu eliminar o *elemento pernicioso que perturbava a ordem*. Termos utilizados para denominar o morador simples que se revoltou e que, por muitos anos, carregou nas costas a culpa pelo derramamento de sangue ocorrido na época.

Desse modo, não fica difícil entender porque o próprio morador da região do Contestado não atenta para a importância de sua história e de seu patrimônio, seja ele material ou imaterial. Na condição de vencidos, foram condenados ao silêncio, culpados e execrados pela própria história. Fácil de compreender os adjetivos atribuídos aos caboclos já nos primeiros escritos sobre a Campanha do Exército na região do Contestado: facínoras, incautos, desordeiros e impatrióticos. Difícil recuperar a autoestima e sair da condição de vencidos para assumir o protagonismo e se autoperceberem como sujeitos históricos.

Terminamos pensando sobre todos os acontecimentos, os fatos, as relações. Isso faz parte do atual patrimônio cultural. Onde encontramos esses vestígios? Nas tradições que ainda vivem entre os caboclos, nos monumentos, nos Museus (quase sempre sobrevivendo aos trancos e barrancos, ou, quando não, esquecidos pelo poder público), às vezes vistos pelos moradores como “alguma coisa importante”.

Importante também pontuar que um movimento de revisitação desse passado histórico e as atuais reflexões sobre esse importante patrimônio cultural sobrevivem e apresentam breves sinais de visibilidade para a população do Contestado. Exemplos como a instituição da Semana do Contestado – em Caçador –, de espaços de memórias como o Nosso Museu – em Matos Costas – e o Museu do Jagunço – em Taquaruçu –, entre outros, acusam que é possível vislumbrar a importância e a significação e que a cultura cabocla continua viva, com possibilidade de ser percebida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, R. L.; TEIXEIRA, A. **Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: IPHAN, 2008.

BOMENY, H. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Ed. Universidade de São Francisco, 2001, p. 199.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987, p. 17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 outubro de 1988. Disponível em: <[https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006, p. 15.

CAÇADOR ONLINE. **Destacadas conquistas da 2ª edição da Semana do Contestado**. Publicada em 15 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cacador.online/portal/Noticias.aspx?cdNoticia=34851>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **Notícias**. Publicada e Atualizada em 17 de out. 2016. Disponível em: <<http://camaracacador.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/395390/codMapaltem/1536>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

CERQUEIRA, F. V. Educação Patrimonial na Escola: Por que e Como? In: CERQUEIRA, F. V. et al. (Orgs.). **Educação Patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares**. Pelotas: Instituto de Memória e Patrimônio, 2008.

CHARTIER, R. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 23-24.

DIAS, M. O. L. S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. G. de O.; BRUSCHINI, M. C. A. **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 50.

ESPING, M. J. **Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-19015)**. 2008. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ESPING, M. J. et al. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

FILÓ, M. da C. S. Patrimônio Cultural: alcances e Reflexões no Brasil. In: PREVE, D. R.; ENGELMINN FILHO, A.; CAMPOS, J. B. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e cidadania**. Erechim: Habilis, 2013.

GALLO, I. C. D. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 12

HEINSFELD, A. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização no baixo Vale do Rio do Peixe-SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HELLER, M. I. **A Atualidade do Contestado: edição do centenário da guerra camponesa**. Fotos de Carlos Zanello Aguiar e Haraton Maravilhas. Curitiba: J. M. Livraria Jurídica e Editora, 2012.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INFORME. **Definida programação da Semana do Contestado**. Publicada em 31 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.jornalinforme.com.br/cacador/index.php/editorias/cotidiano/item/2162-definida-programacao-da-semana-do-contestado>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

KARSBURG, A. **O Eremita das Américas**: a odisseia de um peregrino italiano no Século XIX. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

LINO, J. T. **Sangue e Ruínas no Sul do Brasil**: Arqueologia da Guerra do Contestado (1912-1916). 2011. Tese (Doutorado em Quaternário: Materiais e Culturas) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Villa-Real, Portugal, 2011.

MACHADO, P. P. Fronteira, legislativa e colonização no planalto meridional brasileiro ao final do século XIX. In: VALENTINI, D. J.; RODRIGUES, R. R. (Orgs.). **Contestado**: fronteiras, colonização e conflitos (1912-2014). Porto Alegre: Letras & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 67.

MONTEIRO, D. T. **Os Errantes do Novo Século**: Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011, p. 17.

MONTENEGRO, A. T. História Oral: Caminhos e descaminhos. **Revista Brasileira de História** 25/26, São Paulo, Marco Zero, p. 57, 1992.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural**: Consciência e Preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética e história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 16, abr. 1997.

SALVADORI, M. Â. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008, p. 31.

THOMÉ, N. **A Insurreição Xucra do Contestado**. Caçador: FEARPE/Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Política no Contestado**: do curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica. Caçador: UnC/Museu do Contestado, 2002.

\_\_\_\_\_. **Breve História da Guerra do Contestado**. Caçador: UnC/Museu do Contestado/INCON, 2005.

\_\_\_\_\_. **No Coração do Contestado**: Geografia do Município de Caçador. Caçador: PMC/INCON, 1994.

\_\_\_\_\_. **Primeira História da Educação Escolar no Contestado**. Caçador: Museu do Contestado, 2002.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 204 p.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**: Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. Intervalo: A Lógica Histórica: In: THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

TOMAZI, G. **Mística do Contestado**: mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado. Xanxerê: News Print, 2010.

VALENTINI, D. J. A Guerra do Contestado: olhares sobre o contexto. In: BONAMIGO, C. A. et al. **História e Territórios**: diversidade de abordagens e domínios. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2012.

\_\_\_\_\_. **Da Cidade Santa à Corte Celeste**: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado. 4. ed. Chapecó: Argos, 2015, p. 13.

\_\_\_\_\_. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Prefácio de Paulo Pinheiro Machado. Porto Alegre: Letras & Vida, 2015.

VALENTINI, D. J. et al. **Contestado**: Fronteiras, colonização e conflitos: (1912-2014). Porto Alegre: Letras & Vida; Chapecó: UFFS, 2015.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, p. 16.

WEHLING, A. et al. (Orgs.). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446 p.

WOLF, C. S. **As Mulheres da Colônia Blumenau: 1850-1900**. São Paulo: PUC, 1991, p. 19.

ZEFERINO, A. C. **Acervo Documental do IHSC Sobre o Contestado**. In: WEHLING, A. et al. (Orgs.). **100 anos do Contestado**: memória, história e patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013. 446 p.